

A concepção de professores sobre a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – Anresc

Mirian Souza da Silvaⁱ 

Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre, Brasil.

Mark Clark Assen de Carvalhoⁱⁱ 

Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre, Brasil.

Resumo

O manuscrito apresenta alguns resultados obtidos na pesquisa de mestrado realizada em 2016, sobre as implicações da Prova Brasil no currículo escolar e o trabalho pedagógico em escolas municipais de Rio Branco/AC. O recorte dos dados apresentados refere-se à concepção de 27 professores de turmas de 5º ano do Ensino fundamental sobre a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – Anresc, ou Prova Brasil. O texto objetiva analisar como os professores concebem esta avaliação externa em larga escala. Como procedimento metodológico utiliza-se a entrevista estruturada com 27 professores da rede pública municipal de Rio Branco/Acre, análise documental e bibliográfica. Como resultado destaca-se que: a Prova Brasil não leva em conta as realidades locais de cada escola, a forma de elaboração da Prova Brasil deve ser melhorada, há falta de suporte para desenvolvimento de um bom trabalho e que esse tipo de avaliação só considera a nota/média alta como sinônimo de qualidade.

Palavras-chave

Prova Brasil. Avaliação em Larga Escala. Qualidade Educacional.

Teachers' conception of assessment national school performance index - Anresc

Abstract

The manuscript presents some results obtained in the master's research carried out in 2016, on the implications of Prova Brasil in the school curriculum and pedagogical work in municipal schools in Rio Branco / AC. The cut of the data presented refers to the conception of 27 teachers of classes of 5th year of elementary school on the National Assessment of School Performance - Anresc, or Prova Brasil. The text aims to analyze how teachers conceive this external evaluation on a large scale. As a methodological procedure, structured interviews with 27 teachers from the municipal public school in Rio Branco / Acre are used, as well as documentary and bibliographic analysis. As a result, it is highlighted that: Prova Brasil does not take into account the local realities of each school, the form of elaboration of Prova Brasil must be improved, there is a lack of support for the development of a good work and that this type of evaluation only considers the high / average grade as a synonym for quality.

Keywords

Brazil Tasting. Large Scale Evaluation. Educational Quality.



1 Introdução

O presente ensaio pretende versar a partir da concepção de professores sobre a avaliação nacional do rendimento escolar (Anresc). A análise e as reflexões que serão apresentadas fazem parte de um recorte da pesquisa realizada em 2016 desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre (UFAC) vinculada à linha de pesquisa 'Políticas e Gestão Educacional'. Na ocasião, a pesquisa foi delimitada no âmbito dos efeitos que a Prova Brasil como política de avaliação externa, ocasiona no trabalho pedagógico e currículo escolar em escolas da rede municipal de educação em Rio Branco, capital do Estado do Acre.

A partir dos resultados das entrevistas realizadas com 27 professores de turmas de 5º ano na rede pública municipal de Rio Branco/Acre, realizaremos uma reflexão com foco na concepção destes sujeitos sobre a Prova Brasil - hoje nomeada unicamente como Saeb -. Não será aqui nosso objetivo, refletir exatamente sobre os efeitos da Prova Brasil no trabalho pedagógico e currículo escolar, mas sim buscar compreender como os professores a concebem e suas opiniões a partir do que vivenciam com esta avaliação.

Nos últimos anos, associado às avaliações de aprendizagem nas escolas, outra forma de avaliar tem ganhado espaço no âmbito educacional, que são as avaliações externas, geralmente aplicadas em larga escala. Essas possuem o objetivo diferente daquelas realizadas pelos professores dentro da sala de aula. Essas avaliações externas em larga escala são organizadas a partir de sistemas e podem ser efetivadas tanto em nível municipal como estadual ou federal. São avaliações padronizadas para uma quantidade elevada de sujeitos, que podem ser alunos, professores ou para o grupo gestor das escolas.

No Brasil a avaliação em larga escala apresenta hoje várias versões e possibilidades, apresentando diversas contribuições às políticas públicas. Esse tipo de avaliação é capaz de traçar critérios fundamentais, para compreensão da qualidade do ensino. A avaliação em larga escala permite a compreensão do desempenho dos alunos, associando a outros fatores, como: contingências sociais,



estrutura/condições escolares, formação do professor e nível sócio econômico dos alunos (SOUZA, FERREIRA, 2019).

De acordo com abordagem realizada por Bauer, Alavarse, Oliveira (2015), as avaliações aplicadas em larga escala possuem uma importância relevante em âmbito educacional, porém os autores questionam alguns dos usos da mesma, como por exemplo: aplicação de verbas para escolas que apresentarem melhores resultados, bonificação para professores, competição gerada por meio do estabelecimento de rankings e da utilização dos resultados como principal indicador de qualidade educacional.

O portal do INEP/MEC (2020) que está sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, apresenta o Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb, que atualmente é composto por três avaliações externas em larga escala: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc) ou Prova Brasil, que são realizadas a cada dois anos e a Avaliação Nacional de Alfabetização (Ana), com aplicação anual. Ainda de acordo com o Portal do INEP/MEC essas siglas Ana, Aneb e Anresc deixam de existir no novo formato do Saeb e todas essas avaliações passam a ser nomeadas unicamente por Saeb “acompanhado das etapas, áreas de conhecimento e tipos de instrumentos envolvidos” (Brasil. Inep/Mec, 2020).

Refletindo sobre as avaliações externas em larga escala, Freitas (2016) defende que essas são importantes sustentadoras das políticas públicas educacionais, porém se forem utilizadas de forma inadequadas, elas perdem totalmente a verdadeira utilidade e acabam transformando-se em uma política onde acredita que, propiciar concorrências entre as instituições escolares e profissionais da educação, baseado na hipótese de que notas altas indicariam uma educação e ensino de qualidade.

Para este ensaio, assim como Freitas (2016), defendemos uma concepção de avaliação pautada na responsabilização baseada em participação e colaboração de todos os principais autores da escola, fugindo de uma concepção onde apenas utiliza avaliação para responsabilização colocando escolas na “mira da privatização” (p.2).

Pensando em todas as questões levantadas sobre as avaliações externas aplicadas em larga escala, que buscamos ouvir e entender, para além do que encontramos em literaturas, o que dizem, de fato, os professores de turmas de 5º ano, sobre essas avaliações, uma vez que eles vivenciam na prática os efeitos delas, já que atuam em uma série que é aplicada uma avaliação desse tipo.

Buscamos responder a seguinte questão de estudo: Como os professores compreendem a Prova Brasil como avaliação censitária, externa e em larga escala? Considera-se a temática de relevância para o campo educacional, pois nos faz refletir sobre como os professores vivenciam na prática os efeitos das avaliações em larga escala e desta forma propor melhorias pensando na qualidade educacional. Desta forma traçamos como objetivo analisar, a partir das respostas dos entrevistados, como os professores concebem esta avaliação externa em larga escala.

2 Metodologia

Em relação às questões de natureza metodológica, recorri às contribuições de Minayo (2011) quando esta destaca que a metodologia é o caminho e a prática exercida, incluindo concepções teóricas da abordagem, apresentando conjunto de técnicas que auxiliam na compreensão da realidade. Dessa forma, foram definidos os aspectos metodológicos da pesquisa, ou seja, o caminho percorrido para coleta e análise de dados que compõe o estudo.

Assim sendo, para a escolha do tipo de abordagem que direciona a realização da pesquisa, faz-se necessário levar em conta as especificidades do objetivo, além disso, para cumpri-lo em relação ao objeto de estudo optou-se por uma pesquisa exploratória, que é aquela que ocorre quando o pesquisador busca conhecer o assunto abordado de forma mais aprofundada, concentrando-se em explorar o campo de conhecimento que será abordado na pesquisa (OLIVEIRA JÚNIOR, 2017). Optamos também por uma abordagem qualitativa, pois na pesquisa com enfoque qualitativo o pesquisador possui contato direto com o objeto estudado, preocupando-se com todo o processo e não apenas analisando dados mensuráveis ou produto quantitativo.



Quanto ao desenvolvimento no tempo, temos um estudo transversal, pois a pesquisa foi realizada em um curto período de tempo, utilizando-se como procedimento metodológico entrevista estruturada com 27 professores que atuavam em turmas do 5º ano do Ensino Fundamental, em escolas municipais da rede de ensino da cidade de Rio Branco-AC.

Os professores, além de serem esclarecidos oralmente sobre os procedimentos, receberam uma cópia do termo de consentimento no qual constavam todas as informações sobre a natureza da pesquisa. Após a leitura do termo, os professores que assim consentiram em participar aceitaram colaborar com a pesquisa por meio da assinatura do referido documento.

Com intuito de nortear a análise e interpretação dos dados coletados utilizamos a perspectiva da análise de conteúdo. Segundo Teixeira (2003, p. 194), a análise de conteúdo “tem o propósito de contar a frequência de um fenômeno e procurar identificar relações entre os fenômenos, com a interpretação dos dados recorrendo a modelos conceituais definidos a priori”. A autora elenca que a análise de conteúdos tem sido bastante utilizada quando se propõe representar tratamentos dos dados em uma pesquisa qualitativa.

3 Resultados

Por meio da entrevista aplicada aos sujeitos, foi possível perceber de forma majoritária que os professores apontam que a Prova Brasil, de forma geral, é uma política de avaliação positiva, pois é um instrumento capaz de apresentar de forma clara a realidade da série, sugerindo estratégias para trabalhar de acordo com as dificuldades apresentadas.

A maioria dos sujeitos entrevistados apresentam-se a favor da aplicação da avaliação em larga casa, na ocasião Prova Brasil, porém, apontam que há aspectos que devem ser melhorados. Dentre esses foram destacados:

a) A Prova Brasil não leva em conta as realidades locais de cada escola:

Acerca dessa compreensão apresentada pelos professores quando afirmam que as avaliações não levam em conta o currículo local, podemos recorrer às

proposições dispostas por Durlí e Schneider (2011) que compartilham percepções que bem se aproximam do que esse grupo de professores apontou no item “a”. Pois de acordo com as autoras, a Matriz de Referência utilizada para elaboração da Prova Brasil não se utiliza de toda dimensão do currículo escolar. As autoras citadas compreendem que é impossível delimitar em uma única amostragem conhecimentos comumente incidentes nas escolas de todo o país.

Posto isso, compreende-se a angústia apresentada por alguns dos professores entrevistados, uma vez que se entende que sendo assim, o trabalho pedagógico do professor passa a ficar confuso: o que de fato fará mais sentido para os alunos? Levar em conta as especificidades locais ou treinar os alunos com os conteúdos e disciplinas que serão cobrados na Prova Brasil, já que os seus resultados nacionalmente refletem a qualidade educacional?

b) A forma de elaboração da Prova Brasil deve ser melhorada:

Como as provas são exclusivamente de “marcar” permite que alguém acerte questões “no chute”; como as provas são muito grandes podem levar o aluno cansado a resolver as últimas questões de “qualquer jeito” (já verificamos isso); [Além disso] só aborda língua portuguesa e matemática. (Professor S).

Neste quesito, os professores aderem à ideia de que, por esse tipo de avaliação ser muito extensa, com muitos textos principalmente, é perceptível que muitos alunos respondam essa avaliação sem interesse, e que por diversas vezes, de forma involuntária, alguns acertam questões, porém não por saber do conteúdo cobrado, mas por mera coincidência.

c) Falta suporte para desenvolvimento de um bom trabalho, só há cobranças:

“Falta de subsídios para trabalho pedagógico, professor sem suporte” (Professor E).

Por meio da afirmativa referente à falta de suporte ao trabalho do professor, identifica-se a existência de cobranças exacerbadas pelo alcance de notas e percebe-se que, aos poucos, vai se instaurando no trabalho docente um

comportamento e sentimento de responsabilidade tanto com seu próprio trabalho, como para com a instituição escolar.

Sobre esta percepção são pertinentes as reflexões de Santos (2004) quando destaca que:

[...] os professores da educação básica, a cada dia, apresentam mais problemas de saúde, com um alto índice de stress, porque se sentem culpados por todas as falhas ocorridas no processo de escolarização de seus alunos. Esses professores se auto avaliam culpando-se por aquilo que lhes foi imposto fazer e que não conseguiram realizar, como sendo uma falta pessoal (SANTOS, 2004, p. 1153).

Levando em conta a realidade observada na pesquisa é possível que, embora seja importante uma autorreflexão contínua por parte dos professores sobre a prática pedagógica, muitos outros aspectos interferem no desenvolvimento de um bom trabalho com os alunos em sala de aula. Por exemplo, as salas de aulas são pequenas, quentes e com grande quantidade de alunos (a escola 4, por exemplo, possui 34 alunos por sala e a escola 3 possui 36 alunos matriculados nas turmas de 5º ano); grande parcela dos professores possuem contrato temporário, o que de certa forma desestrutura o professor por conta da rotatividade e da instabilidade na carreira, além da falta de material didático. Enfim, aspectos sociais e econômicos que interferem diretamente no resultado do trabalho do professor que não avaliados diretamente por meio de avaliações externas.

d) Esse tipo de avaliação só considera a nota/média como fator primordial como sinônimo de qualidade:

Esta política de avaliação deveria ser revista pelo MEC, ouvindo o que as escolas pensam sobre o assunto, pois deveria melhorar bastante. Pontos negativos: pressão aos professores por busca de resultados; Desmerecimento das escolas que não se saíram bem nas avaliações; Planejamento pautado na busca de resultados enfocando os descritores da Prova Brasil; Não é flexível aos fatores regionais, peculiaridades da Língua; Propõem avaliações extensas e exaustiva para os alunos. (Professor J).

É perceptível na fala de alguns professores entrevistados que estes se sentem incomodados com o fato da nota obtida nos resultados da Prova Brasil ser

considerado fator primordial como sinônimo de qualidade da educação. Alguns chegam a indicar que o Ministério da Educação deveria ouvir mais o que as escolas têm a falar sobre o assunto.

Diane Ravitch, que é ex-secretária-adjunta de Educação dos EUA, compartilha da mesma opinião e fala um pouco sobre o assunto relacionando com a realidade vivenciada nos EUA. Vejamos parte de uma entrevista, encontrada no site Estadão Ciências:

A lição mais importante que podemos tirar do que foi feito nos Estados Unidos é que o foco deve ser sempre em melhorar a educação e não simplesmente aumentar as pontuações nas provas de avaliação. Ficou claro para nós que elas não são necessariamente a mesma coisa. Precisamos de jovens que estudaram história, ciência, geografia, matemática, leitura, mas o que estamos formando é uma geração que aprendeu a responder testes de múltipla escolha. Para ter uma boa educação, precisamos saber o que é uma boa educação. E é muito mais que saber fazer uma prova. Precisamos nos preocupar com as necessidades dos estudantes, para que eles aproveitem a educação (RAVITCH, 2010).

A autora destaca de forma clara quando é perguntado “quais são os conceitos que devem ser mantidos e quais devem ser revistos”, que uma boa educação não está relacionada ao potencial dos alunos em responder testes em larga escala, mas que a mesma deve estar relacionada com as necessidades dos alunos e não apenas em Língua Portuguesa e Matemática, mas em todas as outras áreas de conhecimento.

Compreende-se diante das afirmações levantadas por meio dos depoimentos dos professores entrevistados e com as preposições de Ravitch (2010) que nota alta não é capaz de refletir qualidade educacional, pelo contrário, há indícios e estudos que demonstram que o professor sinte-se pressionado por resultados diante das exigências, e acabe fraudando as notas de seus alunos.

4 Discussão

Os resultados apresentados nos revelam que a Prova Brasil, como avaliação externa, faz parte de uma política que serve como cobrança ao professor com distintas percepções: “possibilita à eles uma reflexão sobre sua própria prática

pedagógica” e “causa cobranças sobre o trabalho do professor em busca de bons resultados mas, não oferece subsídios suficientes para elaboração de um bom trabalho pedagógico.”

É importante reforçar aqui, tomando por base as distintas percepções mencionadas, a ideia defendida por Santos (2004) de que a cobrança sobre o trabalho do professor parece ir sutilmente causando mal-estar docente, seja por muitas vezes o profissional tomar toda culpa pelo fracasso escolar para si, ficando evidente na fala dos professores que veem a avaliação externa capaz de levá-los a reflexão sobre as suas práticas pedagógicas, seja quando esses professores não mencionam em nenhum momento que além da reflexão sobre as suas práticas em sala de aula devam existir outros fatores responsáveis pelo bom desempenho dos alunos e da instituição.

Por outro lado, há aqueles professores que possuem uma visão crítica e que apontam que a Prova Brasil causa cobrança sobre o trabalho docente, porém, não apresentam suporte para execução desse trabalho, ou seja, esses professores compartilham com a ideia de que “sucesso ou fracasso escolar”, levando em conta os resultados da Prova Brasil, é consequência de diversos fatores, e muitos desses vai muito além do trabalho do professor.

Os professores abordaram que essas avaliações não levam em conta as especificidades de cada região, ou seja, não leva em conta o currículo local, além de abordar quase que exclusivamente conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática nos testes aplicados.

A resposta dos professores vai ao encontro das reflexões abordadas por Freitas (2016) quando aponta que a questão não é recusar um modelo de avaliação, mas sim de recusar alguns procedimentos e conceitos na forma de avaliar e de responsabilização. Na visão do autor, uma política educacional que tem por base avaliações censitárias e que apoiam competições entre as instituições escolares não as auxilia para melhorias.

As análises de Cortez (2016) aprimoram a voz dos professores, quando dizem que a avaliação não leva em conta as diferentes realidades das escolas. A autora apresenta que o território brasileiro possui diferentes realidades e aspectos diferenciados, sendo assim necessitam de políticas públicas próprias a cada

realidade, e não ficar somente à mercê de políticas voltadas simplesmente para eficiência econômica e equidade.

Bauer, Alavarse, Oliveira (2015), embora, assim como os professores entrevistados, reconheçam que essas avaliações são úteis questionam também alguns de seus usos e forma como a mesma é gerida. Os autores realizam uma revisão de literatura sobre os apontamentos favoráveis e as críticas a esse tipo de avaliações aplicadas em larga escala. Entre as críticas apresentadas encontramos claramente as preocupações apontadas pelos professores entrevistados:

- Quanto à elaboração da avaliação: Não se consideram fatores externos que podem afetar na resolução das avaliações; Avaliações com itens de múltipla escolha pode dificultar a resolução para alguns; Ansiedade no momento do teste, talvez ocasionado pela forma de apresentação das questões e o tempo disponibilizado para realização.

- Existência de pressão por notas/resultados podem levar professores e gestores escolares a tomar decisões inapropriadas, como por exemplo: recusa a alunos de baixo rendimento, afunilamento curricular, substituição da aprendizagem por macetes, indução do aumento da desigualdade, fazendo com os professores invistam nos “melhores” alunos.

5 Considerações finais

O texto propôs analisar como os professores concebem a avaliação externa em larga escala. Para alcançar o objetivo proposto foi utilizado como procedimento metodológico entrevista estruturada com 27 professores que atuavam em turmas do 5º ano do Ensino Fundamental, em escolas da rede municipal de ensino de Rio Branco-AC.

Pelos dados levantados juntos aos professores é possível concluir que a crítica não recai meramente na avaliação, ou seja, na prestação de contas, mas sim na forma como a avaliação vem sendo concebida, desenvolvida e gerida através dos testes em larga escala de forma censitária que resultam em informações de natureza quantitativa e mensurável. Na análise sobressai ainda a compreensão de que o estabelecimento de metas, os testes produzidos e aplicados em larga escala e



a divulgação dos resultados, por escola, são produtos de políticas disciplinares que acabam transferindo para a escola e os professores a responsabilidade dos resultados e a qualidade da educação básica.

Pela análise poder-se-ia reconhecer que a concepção da Prova Brasil até pode apresentar indícios para melhorias das práticas pedagógicas em sala de aula e no desenvolvimento do contexto escolar e do trabalho formativo com os alunos.

Contudo, para que isso verdadeiramente ocorra não basta simplesmente preparar os alunos para responderem essa avaliação! Mais do que isso, é necessário utilizar os resultados obtidos para reorganizar as políticas públicas educacionais e os seus resultados a partir dos índices para repensar as práticas de avaliação na escola e os sentidos comumente emprestados a elas.

A pesquisa torna-se importante, pois acredita-se que as reflexões que foram apresentadas possam contribuir com a ampliação da investigação e das formas de compreensão, análise e reflexão sobre a temática da avaliação, particularmente sobre as avaliações em larga escala como a Prova Brasil. Além disso, esperamos que sejam ampliados o debate nas escolas e o acúmulo de conhecimentos e experiências resultantes de pesquisas acadêmicas sobre esta temática.

Sugere-se para pesquisas futuras, investigações nas redes e instituições de ensino sobre a concepção desses agentes sobre a atual reformulação do Saeb, onde as nomenclaturas como Ana, Aneb e Anresc, deixam de existir e passam a ser nomeadas unicamente por Saeb “acompanhado das etapas, áreas de conhecimento e tipos de instrumentos envolvidos” e surgem-se novos desafios como por exemplo, adequação das avaliações a nova Base Nacional Comum Curricular e antecipação da Avaliação Nacional da Alfabetização.

Referências

BAUER, Adriana; ALAVARSE, Ocimar Munhoz; OLIVEIRA, Romualdo Portela. Avaliações em larga escala: uma sistematização do debate. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1367-1382, dez., 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201508144607>

BRASIL. Ministério da Educação. **Saeb: 30 anos**. Brasília: INEP, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb> Acesso em: 08 ago. 2020.



CORTEZ, Elizena Durvalina de Souza. **Repercussões da avaliação externa na escola: a Prova Brasil na percepção de professores.** Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas Faculdade de Educação – UNICAMP, Campinas, 2016. Disponível em: http://taurus.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/304995/1/Cortez_ElizenaDurvalinadeSouza_M.pdf Acesso em: 20 nov. 2018.

DURLI, Zenilde; SCHNEIDER, Marilda Pasqual. Regulação do currículo no ensino fundamental de 9 anos. **Revista Contrapontos - Eletrônica**, v. 11, n. 2, p. 170-178, mai./ago., 2011. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/2665> Acesso em: 12 out. 2015.

FREITAS, Luiza Carlos de. A importância da avaliação: em defesa de uma responsabilização participativa. **Em Aberto**, Brasília, v. 29, n. 96 p. 127-139, mai./ago., 2016. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.29i96.%25p>

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método, criatividade.** 18ed. Petrópolis. Vozes, 2011.

OLIVEIRA JÚNIOR, Eloir Lázaro. **Pesquisa científica na graduação: um estudo das vertentes temáticas e metodológicas dos TCCs.** 2017. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/20939> Acesso em: 08 ago. 2020.

RAVITCH, Diane. **Nota mais alta não é educação melhor.** O Estado de S. Paulo, São Paulo, 2 ago. 2010. Disponível em: <https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,nota-mais-alta-nao-e-educacao-melhor-imp-589143> Acesso em: 21 maio. 2016.

SANTOS, Lucíola Licínio de C. P. **Formação de professores na cultura do desempenho.** **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1145-1157, set./dez., 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302004000400004>

SOUSA, Clarilza Prado; FERREIRA, Sandra Lúcia. Avaliação de larga escala e da aprendizagem na escola: Um diálogo necessário. **Psic. da Ed.**, São Paulo, n. 48, p. 13-23, jun., 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/2175-3520.20190003>

TEIXEIRA, Enise Barth. A análise de dados na pesquisa científica: importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 1, n. 2, p. 177-201, out., 2003. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2003.2.177-201>



i **Mirian Souza da Silva**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1644-0997>

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre- UFAC e mestre em Educação pela mesma instituição. Docente do Ensino Básico Técnico e Tecnológico no Colégio de Aplicação da UFAC.

Contribuição de autoria: Escrita – Primeira Redação

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1592876368164691>

E-mail: miriansouza16@hotmail.com

ii **Mark Clark Assen de Carvalho** ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3638-9719>

Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre, Doutor em Educação pela PUC/SP. Professor Titular do Centro de Educação, Letras e Artes/UFAC e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAC.

Contribuição de autoria: Escrita- Primeira Redação

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0736995836464424>

E-mail: markassen@yahoo.com.br

Como citar este artigo (ABNT):

SILVA, M. S; CARVALHO, M. C. A. A concepção de professores sobre a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – Anresc. **Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional**, v. 1, n. 2, p. e020011, 1 jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/impa/article/view/3842>

